

A QUESTÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA BREVE ANÁLISE A PARTIR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO EIXO TEMÁTICO “POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA” DA ANPAESUL 2012

Everton Bandeira Martins
Universidade Federal de Pelotas
everton_35391@hotmail.com

Vanessa dos Santos Moura
Universidade Federal do Rio Grande
vanessamoura@yahoo.com.br

Agência Financiadora: CAPES

Resumo: O presente trabalho tem como escopo oferecer uma breve análise a respeito da qualidade na Educação Básica através do exame das contribuições científicas oriundas do Seminário da ANPAESUL 2012 – região sul, buscando-se elencar as tendências, as especificidades, bem assim as convergências nas pesquisas em políticas educacionais. A metodologia utilizada é essencialmente de caráter quanti-qualitativo, compreendendo pesquisa bibliográfica e exame de trabalhos apresentados no evento em comento. A partir das análises foi possível perceber que em maioria as produções refletem os anseios e os questionamentos provenientes do meio acadêmico, sem levar em consideração os anseios da comunidade escolar.

Palavras-Chave: Educação Básica; Qualidade na Educação; ANPAESUL 2013.

Introdução

O presente trabalho tem-se como escopo oferecer uma breve análise a respeito da qualidade na Educação Básica através do exame das contribuições científicas oriundas do eixo temático “Políticas da educação básica” do Seminário da ANPAESUL 2013 – região sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), ocorrido em dezembro de 2012 e realizado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas/RS.

De se dizer que o foco deste artigo recai sobre as possíveis articulações entre os trabalhos apresentados no evento em comento. Assim, buscou-se elencar as tendências, as especificidades, bem assim as convergências nas pesquisas em políticas educacionais dos três estados da região sul.

De arrancada, repise-se que a presente pesquisa é um recorte do eixo temático “Políticas da educação básica”, a contar com sessenta e seis trabalhos disponibilizados em mídia digital pelo evento em comento. Ademais, e levando-se em conta a sua relevância, de se concluir que o Seminário da ANPAESUL 2013 se traduziu em uma importante fonte de acesso às produções científicas da área, o que fez com que os trabalhos ali apresentados pudessem ser tomados como representativos da realidade educacional sulina.

Com efeito, houve uma opção por parte dos organizadores do evento (grupo formado por pesquisadores vinculados à UFPEL) de implementar esforços no mapeamento das temáticas apresentadas a partir das produções acadêmicas expostas no evento. Tendo em vista a quantidade de trabalhos que constaram no eixo “Educação Básica”, bem como as diferentes subtemáticas abordadas (com destaque para “Políticas da educação básica”), optou-se por empreender uma divisão em (novos) seis subtemas, a saber: Formação de Professores; Qualidade da Educação; Parcerias Público-Privadas; Gestão da Educação; Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio e Ensino Profissional. Consoante o exposto, é sobre a Qualidade da Educação que o presente trabalho se debruçou.

O caminho metodológico percorrido diz com o de uma pesquisa de caráter quanti-qualitativo. Primeiramente empreendeu-se pesquisa de bibliografia selecionada; por segundo, mas de maneira concomitante, estabeleceu-se catalogação, análise de categorias e caminhos metodológicos trilhados por nove trabalhos apresentados no evento em apreço, os quais giram em torno da temática fundamental “Qualidade da Educação”.

O trabalho estruturou-se em quatro partes fundamentais, a saber, esta sucinta introdução; um conciso apanhado bibliográfico sobre o conceito de qualidade; uma breve análise dos nove trabalhos supracitados; e, por fim, as considerações finais.

1. Considerações sobre a Qualidade

Educação. Qualidade. Segundo o senso comum, ambas devem andar de mãos dadas, dado que a educação de qualidade é um direito de todos e dever do Estado, estando elencada dentro de nossos direitos constitucionais¹. Contudo, quando pensamos na realidade da educação brasileira, qualidade não é a primeira palavra que vem a nossa mente. Infelizmente, ao tratarmos da qualidade de nossa educação, associamos a ela o adjetivo “má”, que parece expressar um consenso entre os que se propõem a pensá-la – o que inclui tanto leigos quanto especialistas no assunto.

Através de um sucinto exame bibliográfico, é possível perceber que nas três últimas décadas tem-se firmado um consenso de que a má qualidade da educação consiste em um problema nacional e que, por isso, mereceria prioridade das políticas públicas em todos os

¹ Aqui referimo-nos ao Estado-Nação e não à Unidade Federativa (UF). É importante diferenciarmos conceitualmente “Estado” de “estado”. Estado é o Estado-Nação, de governo, de funcionalismo público. No Brasil utilizamos “estado” para nos referirmos à sub-divisão territorial, as Unidades Federativas da União (por exemplo, estado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, etc.).

âmbitos (federal, estadual e municipal). A origem da discussão da qualidade no Brasil – e este parece ser um ponto unânime entre os especialistas – emerge com a (praticamente) universalização do acesso à escola de ensino fundamental. A grande conquista social logo mostraria o outro lado de sua face: uma massificação desordenada que teve como resultado um aumento significativo nos indicadores de repetência, reprovação e evasão, revelando à sociedade o que os educadores já há muito anunciavam – que a ampliação do ingresso, sem políticas públicas eficazes, não seria acompanhada satisfatoriamente pela aprendizagem e teria os resultados supracitados.

É importante frisar que as conseqüências da ampliação do ensino fundamental do caso brasileiro não podem ser tomadas como uma necessária relação de causa e efeito. Quantidade pode ser acompanhada de qualidade sim, desde que bem planejada. Nas palavras de Pedro Demo (2007):

É equivoco pretender confronto dicotômico entre qualidade e quantidade, pela razão simples de que ambas as dimensões fazem parte da realidade e da vida. Não são coisas estanques, mas facetas do mesmo todo. Por mais que possamos admitir qualidade como algo “mais” e mesmo “melhor” que quantidade, no fundo uma jamais substitui a outra, embora sempre seja possível preferir uma à outra (p. 09).

Inauguradas as discussões cerca de trinta anos atrás, percebemos que estas seguem em pauta. A relevância da temática da qualidade vem assumindo papel de destaque na agenda das principais instituições atuantes no campo da educação não só no país, mas também em organismos internacionais como, por exemplo, na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, no Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, no Banco Mundial, nas diferentes organizações não- governamentais (ONGs), entre outros. Vemos um esforço coletivo no combate da má qualidade, mal este que atinge a educação brasileira em todos os seus níveis (básica, média e superior). Contudo, apesar deste destaque, o conceito de qualidade dentro da bibliografia especializada sobre o assunto permanece vago, obscuro, sem contornos definidos.

É importante sinalizar ao leitor que a imprecisão conceitual teórica mencionada conflita diretamente com a legislação educacional pátria na medida em que a qualidade é referida em diferentes textos legais, como na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – LDB, no Plano Nacional de Educação – PNE, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, entre outros, de forma manifestamente clara. Em

outras palavras, a partir de tais textos temos que a qualidade existe, como um “ente”, transcendente e absoluta, e caberia aos educadores *buscá-la* – e não pensá-la, debatê-la e finalmente construí-la.

Em nossa Constituição Federal vigente, a qualidade aparece expressa em quatro dispositivos, quais sejam, os artigos 206, VII; 209, II; 211, §1º e 214, III que são transcritos abaixo:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

VII – garantia do padrão de qualidade;

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

(...)

II – autorização e avaliação de qualidade pelo poder público;

Art. 211. (...)

§1º – A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

(...)

III – melhoria da qualidade de ensino.

É evidente que a definição de um conceito elementar de uma área – como é o caso de “qualidade” para a educação – seja amplamente debatido e, por excelência, polissêmico. Tal multiplicidade de sentidos é uma das provas de que um conceito nunca é neutro, objetivo; a produção científica, responsável direta pela elaboração de instrumentos teóricos que nos permitam analisar a realidade e tudo aquilo que nela está inserido, é marcada de significações e intencionalidades – e, por isso, parcial. Diante da perspectiva exposta, conclui-se que temos não um, mas diversos conceitos de qualidade; mais, cada um destes encontra-se impregnado de uma carga ideológica específica, dialogando com diferentes correntes teóricas.

Conforme Janaína João, pesquisadora da temática da qualidade da Educação Infantil,

O conceito de qualidade (...) é uma construção cultural e, portanto, coletiva, transmitida, ressignificada e internalizada pelos indivíduos ao longo de seu processo de vida. Os atributos necessários e suficientes para definir um conceito são estabelecidos por características dos elementos encontrados no mundo real, selecionados como relevantes pelos diversos meios culturais (2007, p. 20).

De acordo com Gusmão (2010), a grande polêmica que envolve a conceituação da qualidade escapa ao mero formalismo conceitual, a mera descrição do conceito; para a pesquisadora, a controvérsia não é somente “uma disputa de significados, mas sim de programas de ação, na medida em que veiculam valores e metas de orientação das ações” (p. 22). E neste sentido, Joana Gusmão baseia suas conclusões em José Sérgio Carvalho, que afirma que:

para uns, a educação de qualidade deve resultar na aquisição de diferentes “competências”, que capacitarão os alunos a se tornarem trabalhadores diligentes; para outros, líderes sindicais contestadores, cidadãos solidários ou empreendedores de êxito, pessoas letradas ou consumidores conscientes. Ora, é evidente que, embora algumas dessas expectativas sejam compatíveis, outras são alternativas ou conflitantes, pois a prioridade dada a um aspecto pode dificultar ou inviabilizar outro. Uma escola que tenha como objetivo maior – e, portanto, como critério máximo de qualidade – a aprovação no vestibular pode buscar a criação de classes homogêneas e alunos competitivos, o que evidentemente impede a oportunidade de convivência com a diferença e reduz a possibilidade de se cultivar o espírito de solidariedade. Assim, as “competências” que definiriam a “qualidade” em uma proposta educacional significariam um fracasso – ou ausência de qualidade – em outra. (CARVALHO, 2004, p. 329).

Assim, a qualidade adquire, veladamente, um caráter instrumental que, na análise de Gusmão (2010), acaba desembocando em duas grandes perspectivas gerais, quais sejam, a qualidade da educação representada pela capacidade cognitiva de estudantes, expressa pelos resultados dos testes padronizados e a qualidade da educação concebida na perspectiva dos direitos, vinculada a um viés mais democrático.

A primeira linha de pensamento conduz a analisar, como afirma Gusmão (2010), todos os demais aspectos educativos

Em termos de fatores associados a esses resultados, de forma que o que não se relaciona diretamente à sua melhoria perde importância. Prevalece uma lógica advinda do campo da economia, com grande destaque às técnicas de gestão, ênfase em produtos e resultados, juntamente com a crença no papel primordial da educação para a competitividade no mercado de trabalho e inserção competitiva da nação no mercado internacional (p. 22).

Como é possível perceber, é clara a filiação deste pensamento com a corrente de matriz neoliberal, além de possuir elementos do pensamento positivista. Já na segunda linha,

A qualidade seria compreendida como uma importante dimensão do direito público à educação, ligada à noção de democracia e à redução ou eliminação das desigualdades e exclusões que vigoram no sistema educacional. Mais do que “melhorar” a qualidade da educação, a prioridade incidiria na construção de uma

“nova” qualidade, subjacente aos desafios colocados pela educação contemporânea, derivados da expansão da escolarização básica. Tende a ter uma compreensão ampla de qualidade, englobando vários aspectos, embora a atenção à aprendizagem assuma um aspecto central (idem, ibidem).

Nesta, percebe-se a presença de elementos da matriz marxista, bem como da pós-moderna entrelaçados – o que confirma a hipótese de que uma teoria não exclui necessariamente a outra.

Atualmente, estas seriam as duas perspectivas dominantes no que diz respeito ao conceito de qualidade da educação – e que, importante frisar, não são essencialmente contraditórias. A partir desta perspectiva e das questões levantadas anteriormente, a proposta a seguir é expor de quais formas a questão da qualidade foi abordada nos trabalhos apresentados no Seminário da ANPAESUL 2013, tido como uma dos mais importantes espaços de divulgação do pensamento acadêmico-científico da região.

2. Breve análise a partir da produção científica no eixo temático “Políticas da educação básica” da ANPAESUL 2013

Consoante exposto anteriormente, esta segunda seção é dedicada à análise de nove trabalhos apresentados na modalidade oral e publicados nos anais do evento em comento, procedentes do eixo temático “Políticas da educação básica”, o qual contou com sessenta e seis trabalhos no total. Cumpre se repise que houve uma opção por dividir o eixo Educação Básica em seis subtemas, sendo que pertinentes à qualidade na educação, foi possível identificar nove trabalhos que tratavam diretamente sobre a temática.

A tudo principiar, procedeu-se à leitura dos trabalhos inseridos no eixo sobre Educação Básica e que tratavam sobre a qualidade na educação. A seguir, procedeu-se à análise e catalogação destes. Buscou-se, a princípio, extrair informações consideradas bases sobre os trabalhos, a saber: Quem eram seus autores; qual era a sua formação; qual o tipo de pesquisa apresentada (projeto de pesquisa, relato de experiência, pesquisa teórica, pesquisa de campo observacional, pesquisa de campo com intervenção, ou outro tipo); qual o tema central; objetivos; política analisada; palavras-chave; categorias de análise; metodologia de pesquisa e análise, entre outras informações tidas pelos catalogadores como relevantes.

Entre os nove trabalhos apresentados que foram selecionados para análise, constatou-se que dois eram relatos de experiência sobre projetos de extensão universitária; três

consistiam em pesquisa de campo observacional; quatro eram pesquisas de matriz essencialmente teórica. Não se verificou nenhuma pesquisa de campo que tivesse abordagem de intervenção – questão esta que haverá de ser melhor explorada quando da apresentação da metodologia de análise.

No que pertine à metodologia de pesquisa e de análise, sete trabalhos eram descritivos, dois analíticos e nenhum propositivo. Os dois trabalhos analíticos buscavam, a um, analisar o programa PDE-Escola; dois, analisar o conceito de qualidade na bibliografia atual. Destarte, pode-se inferir que apenas um trabalho buscou analisar a questão da qualidade da Educação Básica no que diz respeito ao seu fim. Veja-se que, mesmo se trate de um universo restrito como é o evento ANPAESUL 2013, ainda assim pode-se dizer que, de forma geral, as produções não buscaram interferir ou apresentar alternativas para a melhora da realidade, mas tão somente prestaram-se a observá-la e analisá-la.

Veja-se a importância desta constatação. Ora, urge uma necessidade de esforços a que se amplie as produções pertinentes a esse ponto. Em outras palavras, devemos buscar maneiras de alargar a área de estudos relacionada à qualidade da educação, de modo a incentivar os trabalhos que contribuíssem para o re-pensar as realidades educacionais de forma ativa, que vá além da observação.

E que fique claro não se tratar de uma crítica aos trabalhos eminentemente teóricos. Pelo contrário, a teoria é um dos pilares que sustentam a produção acadêmica em todas as áreas, mas sobretudo na Educação. O que se pretende é estimular o pensar para além da teoria, isto é, o pensar articulado com metodologias capazes de modificar empiricamente a realidade vivida por boa parte das escolas brasileiras hodiernamente. Aliás, percebe-se nos últimos anos um crescente quantitativo de produção na área educacional, o que é deveras salutar. Contudo, os educadores devem se questionar se este aumento na produção está se refletindo no sistema educacional e, em caso afirmativo, de que maneira isto está sendo operacionalizado.

Dentre os trabalhos apresentados e selecionados, constatou-se a presença de diversas “políticas”, haja vista a proliferação de diferentes políticas na busca de uma dita “qualidade” na educação. Conquanto, seguindo a linha de raciocínio anterior, na qual o “produtivismo” acadêmico em alguns momentos é posto como chave para a “produção de saber” em nossa área, percebe-se que em alguns trabalhos é difícil – senão impossível – teórico-metodologicamente identificar qual política está sendo analisada, bem assim as categorias de análise ou mesmo o referencial utilizado. É que a quantidade de “informações” contidas na produção é desmedida – e, cumpre se diga, que informação é utilizada aqui como contraponto a conhecimento.

Neste sentido, também de se pensar quem são os autores dos trabalhos analisados. Cabe destacar que quando referimos a autores, não se faz distinção entre primeiro, segundo ou terceiro autor. Pois bem. Percebeu-se a produção proveniente dos três estados da região Sul do Brasil, com maior destaque para trabalhos do Rio Grande do Sul (e neste ponto, a questão geográfica pode justificar, uma vez que o evento ocorreu em uma universidade gaúcha). De se dizer que todos os trabalhos foram escritos por mais de um autor. A proporção de trabalhos advindos de universidades públicas foi de sete trabalhos, enquanto de instituições privadas de dois; tal fato também pode é plenamente justificável em virtude de que, tradicionalmente, o incentivo para a pesquisa na graduação é maior em instituições públicas, principalmente em cursos da área da Educação, os quais são considerados pouco lucrativos. Em se tratando da pós-graduação, há uma tradição de programas em instituições públicas e alguns grandes centros privados.

Ainda sobre os autores dos trabalhos, percebe-se que apenas um trabalho conta com a autoria de uma professora da Educação Básica. Destarte, os outros oito trabalhos são produções de pessoas do meio universitário que analisaram a qualidade na Educação Básica. Veja-se que as contribuições da academia para as questões atinentes à Educação Básica são importantíssimas. No entanto, é de se questionar sobre a importância de espaços de construção e de troca de conhecimentos entre aqueles profissionais que atuam diretamente neste nível de ensino.

Em relação a este fator, é cediça a existência de uma série de condicionantes, tais como a falta de espaço para a qualificação, planejamento, estudos e atualização dos profissionais da Educação Básica. Some-se a isso a “cultura brasileira”, que coloca em muitos momentos a academia como a única produtora legítima de conhecimento.

Por bem destacar que, durante a organização do evento em comento, foi feito contato pessoal com as Secretarias Municipais de Educação, Sindicato dos professores, Coordenadorias Regionais de Educação e estabelecimentos de ensino dos municípios da região de Pelotas, porém, acredita-se que as questões expostas anteriormente possa ter contribuído para a falta de produção acadêmica pertinente à temática, mesmo que seja sobre a Educação Básica. Acredita-se até que a própria forma de legitimação do conhecimento – que se dá a partir de regras, normas, organização de escrita, entre outros, insertos dentro dum padrão “acadêmico e legítimo” – pode acabar por ter um efeito contraproducente. Em outras palavras, o que haveria de servir como instrumento de agregar conhecimentos oriundos dos mais diferentes meios pode terminar por estimular uma elitização e legitimação de uma classe muito específica de produtores do conhecimento, segregando aquele que pensa a educação (o

intelectual) daquele que é “mero” executor (o professor da Educação Básica) de tarefas, políticas e referências previamente definidos por esta classe privilegiada de intelectuais.

Outro fator que pode-se observar foi as mais diferentes formações dos autores. Neste sentido percebe-se tanto contribuições das mais diferentes áreas do campo da Educação, como também de outros campos, como é o caso de um dos trabalhos os quais dois dos autores são do curso de vinicultura Neste caso pode-se apontar dois pontos. 1- a grande diversificação da área propiciando contribuições de diferentes sujeitos e por tal diferentes visões; 2- a cada vez maior crescente interferência de profissionais externos no que diz respeito a ditar as diretrizes educacionais brasileira, sendo que ser professor é visto como algo que pode ser exercido por qualquer sujeito, sem que para tal seja necessária uma formação básica inicial, e desta forma, como tal trabalho não requerer especialização e formação consistente, a mesma não tem motivos para requerer uma forte valorização perante a sociedade.

Além das questões anteriores é derradeiro, de se falar nas políticas analisadas. Veja-se que é possível perceber uma forte diferenciação em relação às mesmas, pois, conforme já mencionado, vive-se um período de grande difusão tanto de políticas de Estado, quanto de políticas de Governo. Entre as pesquisas objeto de análise, constatou-se que uma tratou sobre Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); uma sobre Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e as condições materiais e estruturais (CME); uma sobre o Programa Bolsa Família (PBF); duas sobre a extensão universitária e sua contribuição na Educação Básica; e em três pesquisas não foram analisadas nenhuma política específica. Assim percebe-se a preocupação em dedicar-se a temáticas atuais, e em programas os quais estão atingindo diretamente a realidade escolar atual. Todavia, conforme abordado anteriormente as pesquisas são predominantemente descritivas e não buscam uma análise mais aprofundado ou então apresentar críticas ou alternativas a realidade, o que acaba deixando um grande espaço para produções futuras, tendo em vista preencher estas lacunas.

Considerações finais

Ao longo da análise proposta, tentou-se abordar qual o entendimento hodierno de qualidade que pauta os parâmetros educacionais, bem assim analisar de que forma a produção científica – cujo grupo de análise consistiu na produção científica de nove trabalhos inseridos dentro do eixo temático “Políticas da educação básica” da ANPAESUL 2013 – com vistas a esboçar quais as possíveis articulações entre os trabalhos apresentados no evento em comento com a questão mais abrangente da qualidade da Educação Básica. Conforme proposto

inicialmente, crê-se tenha conseguido elencar as tendências, as especificidades, bem assim as convergências nas pesquisas em políticas educacionais dos três estados da região sul.

Por fim, é sabido que alguns pontos foram negligenciados, tanto em virtude do breve espaço de um artigo, bem assim da complexidade da matéria que, per si, permite um sem número de considerações e abordagens. No entanto, cumpre se diga que o esforço aqui intentado foi o de abarcar os principais aspectos do universo micro trabalhado. Embora não se tenha a pretensão de esgotar as averiguações e ligações possíveis dos nove trabalhos lidos e analisados com os principais pontos atinentes à questão da qualidade, considera-se enquanto mérito do presente trabalho destacar o incitamento que se faz à constituição das pesquisas acadêmicas enquanto verdadeiras ferramentas de transformação social. De se arriscar afirmar que, por meio da efetivação daquilo que é pesquisado e exposto em eventos como a ANPAESUL 2013 poder-se-á almejar àquela qualidade educacional prevista no nosso Texto Magno, sabiamente denominada de Constituição Cidadã.

REFERENCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Texto consolidado até a Emenda Constitucional 53 de 19 de dezembro de 2006. Brasília: Senado Federal, 2006.

_____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/pdf/lei9394.pdf>>. Acesso em 25 de janeiro de 2012.

_____. **Lei 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2012.

_____. **Lei 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/lei_11494_20062007.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2012.

CARVALHO, J. S. F. “Democratização do ensino” revisitado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, FE-USP, v. 30, n. 2, p. 327-334, mai./ago. 2004.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. Campinas: Papyrus, 2007.

ENQUITA, M. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILLI, P.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 2001. P. 93-110.

GUSMÃO, Joana Borges Buarque de. **Qualidade da educação no Brasil: consenso e diversidade de significados**. 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, USP, São Paulo, 2010.

JOÃO, Janaína. **Educação infantil para além do discurso da qualidade: sentidos e significações da educação para as famílias, professores e crianças**. 2007. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, UFSC, Florianópolis, 2007.